

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSE VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIAN MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A guerra de Lula



Na ânsia de se autopromover como líder global dos 'pobres' contra os 'ricos', Lula reduziu o Itamaraty a linha auxiliar de sua ideologia maniqueísta e de seu voluntarismo narcisista

O presidente Lula da Silva parece ter declarado guerra ao Ocidente. Uma guerra imaginária, claro, mas nesse delírio o petista pretende posicionar o Brasil na vanguarda da luta contra tudo o que simboliza os valores ocidentais – tendo como companheiros de armas um punhado de notórias ditaduras, como China, Rússia, Irã e Venezuela.

A irresponsável declaração de Lula sobre Israel, comparando a campanha israelense contra os terroristas do Hamas ao Holocausto, está perfeitamente

alinhada a esse empreendimento ideológico. Não foi, portanto, fortuita nem accidental.

Lula parece empenhado em usar seu terceiro mandato para lançar-se como líder político do tal “Sul Global”, uma espécie de *aggiornamento* do “Terceiro Mundo” dos tempos da guerra fria. Nessa nova ordem, as características distintivas do Ocidente – democracia, economia de mercado e globalização – são confrontadas por regimes autocráticos que buscam reviver o modelo que põe o Estado e a soberania nacional em primeiro lugar, à custa das liberdades indi-

viduais, direitos humanos e valores universais, denunciados como armas retóricas das democracias liberais para perpetuar sua supremacia.

No confronto Ocidente-Oriente, a geopolítica e a segurança nacional prevalecem sobre a economia e a globalização. A geopolítica multilateral do pós-guerra se fragmenta em arranjos insuficientes para as necessidades de cooperação ante desafios globais, como mudanças climáticas, pandemias, terrorismo e guerras.

O Brasil não está imune a essas incertezas, mas, comparativamente, tem vantagens. Suas dimensões, sua democracia multiétnica e pacífica e sua economia relativamente industrializada e diversificada o tornam uma potência regional. Seus recursos o colocam numa posição-chave para equacionar o tripe do desenvolvimento sustentável global: segurança alimentar, energética e ambiental.

Nessas águas turvas e tumultuosas, sem grandes instrumentos de poder, o País precisa, para defender interesses nacionais e promover os globais, de sutileza, inteligência e credibilidade. Felizmente, conta com uma tradição diplomática consagrada nos princípios constitucionais do respeito aos direitos humanos, à democracia e à ordem baseada em regras, e corporificada nos quadros técnicos do Itamaraty.

Mas esse capital está sendo dilapidado pela diplomacia sectária do presidente Lula da Silva. Lula já disse que a democracia é relativa. Mas sua política externa é definida por um princípio absoluto: a hostilidade ao Ocidente (o “Nor-te”, os “ricos”) e o alinhamento auto-

mático a tudo o que lhe é antagônico.

Sua passagem pela África foi um microcosmo desse estado de coisas. Interesses econômicos foram tratados de forma ligeira. Em entrevista, ele se evadiu de cobrar a Rússia e a Venezuela por sua truculência autocrática, ao mesmo tempo que insultou judeus de todo o mundo ao atribuir a Israel práticas comparáveis às dos nazistas.

Seja em conflitos onde o País teria força e autoridade para atuar, como os da América Latina, seja naqueles nos quais não tem força, Lula se alinha ao que há de mais retrógrado e autoritário. Abrindo mão de sua neutralidade, o País se desqualifica como potencial mediador. O Brasil poderia promover seus interesses econômicos e pontos de cooperação com a Eurásia sem prejuízo da defesa de valores civilizacionais comuns ao Ocidente. Mas Lula sacrifica os últimos sem nenhum ganho em relação aos primeiros. Em sua ânsia de se autopromover como líder global dos “pobres” contra os “ricos”, reduziu a máquina do Itamaraty a linha auxiliar de sua ideologia maniqueísta e seu voluntarismo narcisista.

A “frente ampla democrática” propagandeada na campanha eleitoral deveria ter sido projetada para as relações internacionais. Mas também aqui ela se mostrou uma fantasia evadida de sectarismo ideológico – arrastando consigo o Brasil, obliterando suas oportunidades de integração econômica e prejudicando possibilidades de cooperação pela promoção da paz, da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais que a Constituição traçou como norte da diplomacia nacional. ●

Evitar a reincidência é dever do Estado

Estudo indica que mais de 1/3 dos condenados volta a cometer crimes após cumprir pena. Discussão sobre políticas de reinserção social devem ser mais técnicas e menos apaixonadas

O Brasil tem cerca de 830 mil presos – a terceira maior população carcerária do mundo, atrás de Estados Unidos e China – e um dos mais elevados índices de reincidência. Um levantamento feito pelo Instituto Igarapé, publicado pelo Estado, há poucos dias, indica que 32% dos egressos do sistema prisional retornam ao cárcere. Outro estudo, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apresenta números ainda mais alarmantes: a reincidência criminal chega a 37,6% nos casos de nova condenação em até cinco anos desde a soltura e atinge 42,5% quando consideradas quaisquer novas entradas no sistema prisional antes de uma nova con-

denação – como nos casos de prisão temporária ou preventiva.

São múltiplas as razões que explicam o fracasso do Estado em cumprir sua missão intransferível de ressocializar os cidadãos que estão sob sua custódia. Entre elas, duas merecem destaque. A primeira é o descontrole do poder público sobre o que acontece no interior das prisões, dominadas que estão por organizações criminosas cada vez mais audaciosas. “Dentro da unidade prisional, o Estado não tem controle. O (máximo) que o Estado consegue fazer é dizer que (o preso) não pode sair. Só isso”, disse ao Estado o delegado Fernando Veloso, ex-secretário estadual de Administração Penitenciária do Rio. Ou seja, num quadro em que o Estado serve como mero bedel nas penitenciárias, qual-

quer detento que ingresse no sistema prisional, sobretudo os que cometem crimes de menor gravidade, é logo obrigado a se filiar a uma das facções que comandam o local *de facto*. Quando não impede, essa realidade brutal dificulta muito a ressocialização. Não à toa os presídios são frequentemente tratados como verdadeiras “universidades do crime”.

Outro fator que contribui para o elevado índice de reincidência é o populismo penitenciário. É compreensível que cidadãos exaustos após décadas de leniência do Estado no combate à violência – quando não indignados pelo conluio entre agentes públicos e criminosos – confundam quaisquer políticas públicas que visam à melhoria das condições carcerárias no País e à ressocialização como uma espécie de “prêmio” aos que se desviaram das leis. Tome-se como exemplo o debate em torno do projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos em feriados – conhecidas como “saidinhas”. As discussões sobre o tema no Congresso estão poluídas por essa visão apaixonada da política penitenciária. Seria muito melhor para o País que o debate em torno de uma política pública como essa fosse pautado pelas evidências que indicam ser baixíssimo o índice de fuga e expressivos os ganhos advindos do convívio da maioria dos presos com seus familiares.

O Brasil é um país violento, e o medo da violência aparece com frequência em pesquisas de opinião como uma das maiores aflições dos cidadãos, sobretudo dos que vivem nas grandes cidades – a começar por São Paulo e Rio, capitais que são berços das duas maiores organizações criminosas do País. O fim desse flagelo, ou ao menos a sua mitigação, depende fundamentalmente da adoção de uma abordagem mais corajosa e menos populista da violência urbana por parlamentares e governantes na formulação de políticas públicas na área de segurança. Afinal, não haverá um Brasil mais seguro enquanto prevalecer a lógica segundo a qual a violência dos criminosos deve ser enfrentada com mais violência por parte dos agentes do Estado.

Não será da exploração eleitoral da justa indignação da população diante das falhas do Estado em combater o crime que emergirá um país com índices de criminalidade mais civilizados. Isso depende da coragem e do espírito público de mandatários no Legislativo e no Executivo para formular e implementar políticas públicas mais responsáveis na área de segurança – ainda que “mais responsável”, em alguns casos, possa significar “mais impopular”.

Num Estado Democrático de Direito, justiça não se confunde com vingança. ●